SENADO FEDERAL

OFÍCIO
Nº S/58, DE 2011

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 1284

Brasília, 4 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Em atenção ao disposto nos incisos I e II do artigo 130-A, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência o nome do membro do Ministério Público da União, escolhido pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público. A indicada é a Promotora de Justiça Cláudia Maria de Freitas Chagas.

Outrossim, encaminho a Vossa Excelência o *Curriculum Vitae* da indicada juntamente com os documentos exigidos pela Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal.

Atenciosamente,

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

CLAUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS

Curriculum Vitae

Indicada pelo MPDFT para integrar o CNMP

Dados Pessoais

Nome: Claudia Maria de Freitas Chagas

Filiação: Carlos Chagas e Enila Leite de Freitas Chagas

Data de Nascimento: 1º de junho de 1963

Naturalidade: Rio de Janeiro – RJ

Telefones: 3343 9412 ou 8114 9626

Endereço: SHIS QI 7, conj. 4, casa 21 – Brasília – DF - CEP: 71.615-240

Formação Acadêmica

- 2003 – 2004 Especialista em "Sistemas de Justiça Criminal" pela Universidade de Santa Catarina e Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- 1981 - 1985 Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília – UnB.

Experiência Profissional

- 2009 - hoje Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo (desde fevereiro de 2010 até hoje).
- 2008 –2010 Diretora-Geral da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- 2003 – 2006 Secretária Nacional de Justiça do Ministério da Justiça. No período, teve sob sua responsabilidade o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional – DRCI, o Departamento de Justiça, Qualificação e Títulos – DEJUS; o Departamento de Estrangeiros – DEEST; o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN e o Projeto de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos. Coordenou a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro – ENCCLA. Presidiu diversas comissões que tinham por objetivo alterações legislativas, o incentivo da aplicação das penas alternativas, a instalação de Conselhos da Comunidade, a discussão da classificação indicativa de programas de televisão e cinema, dentre outras atividades.
- 2005 – 2007 Membro do ILANUD.
- 1995 - 2001 Membro do Conselho Curador da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- 1993 – hoje Promotora de Justiça no Distrito Federal e Territórios, mediante concurso público de provas e títulos, tendo exercido suas atividades em diversas Promotorias (Criminais, Cíveis e de Fazenda Pública), além de assessoria ao Procurador-Geral de Justiça na área de Recursos Constitucionais.

- 1995 - 2001 Membro do Conselho Curador da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- 1990 – 1993 Assessora do Ministro Carlos Mário Velloso no Supremo Tribunal Federal.
- 1988 – 1990 Assessora do Ministro Carlos Mário Velloso no Tribunal Federal de Recursos e no Superior Tribunal de Justiça.
- 1986 – 1988 Assessora Jurídica do Ministro da Justiça Paulo Brossard de Souza Pinto e Secretária Executiva do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH.
- 1985 – 1986 Advogada (Escritório do Dr. Aldir Passarinho Junior e do Dr. Spencer Daltro de Miranda Filho).

Atuação acadêmica

- 2001 – 2003 Professora do Instituto de Ensino Superior de Brasília – IESB.

Palestras e Conferências Proferidas

- IV Conferência Regional para a América Latina da International Association of Prosecutors. Proferiu a palestra "O Conselho Nacional do Ministério Público". Fortaleza-CE, período de 23 a 25/03/2011.
- Evento de Comunicação do Modelo de Gestão do Ministério Público do Estado do Acre. Proferiu palestra sobre o "Planejamento Estratégico e o CNMP". Acre – AC, em 10/12/2010.
- 1º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público. Proferiu a palestra "Planejamento Estratégico no CNMP". Brasília, DF – 22-11-2010.
- LXXIX Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. Proferiu palestra sobre o "Projeto de Planejamento Estratégico Nacional". Porto Alegre – RS, em 02/12/2010.
- Seminário "A atuação funcional sob a ótica do Conselho Nacional do Ministério Público". Proferiu palestra sobre "O Ministério Público e o planejamento estratégico". Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, em 12/11/2010.
- Reunião conjunta com CNPG – Conselho Nacional dos Procuradores Gerais e CONAMP – Associação Nacional dos membros do Ministério Público. Proferiu palestra sobre "Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público". São Paulo – SP, em 22/10/2010.
- Seminário da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Ministério Público Federal. Proferiu palestra sobre o "Tráfico de Seres Humanos no Brasil". Belém, PA – 2008.
- ENCCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro. Coordenou as reuniões nos anos de 2003 a 2006, nas cidades de Pirenópolis-GO, Vitória – ES e Ribeirão Preto – SP.

- Seminário "A Mulher que Ninguém vê: O universo do tráfico e deportação" - Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo – São Paulo – 2006.
- 1º Seminário Luso-brasileiro sobre Tráfico de Pessoas e Imigração Irregular – Brasília – 2006.
- Seminário Internacional - Corrupção e Sociedade – Brasília – 2006.
- II Seminário Internacional de Inteligência – Brasília, 2006.
- Audiência Pública sobre Classificação Indicativa – Ministério Público do Rio de Janeiro – 05.12. 2005.
- II Encontro Baiano de Direito Penal: Novas Teses das Ciências Criminais - Ano II. Secretaria de Estado da Justiça – BA. Proferiu a palestra "Os novos rumos das políticas públicas na execução penal". Salvador, BA – 29.10.2005.
- Seminário Internacional do IBCCRIM. Proferiu a palestra "Experiência com a Execução de Penas e Medidas Alternativas no Brasil".São Paulo, SP – 06.10.2005.
- Seminário "Revitalização do Rio: Segurança". FIRJAN e Jornal "O Globo". Proferiu a palestra "Proposta de uma Nova Política Carcerária". Rio de Janeiro, RJ – 30.08.2005.
- Fórum Global de Combate à Corrupção. Proferiu a palestra "Ações do Ministério da Justiça no Combate aos Crimes Financeiros e a Lavagem de Dinheiro". Brasília, DF – 07.06.2005.
- I Simpósio sobre Lavagem de Dinheiro e Combate ao Crime Organizado. Proferiu a palestra "Lavagem de Dinheiro e Política de Combate ao Crime Organizado". Ministério Público de São Paulo - CAEX CRIM. São Paulo, SP - 02.05.2005. ,
- I Congresso Brasileiro de Penas e Medidas Alternativas. Proferiu a palestra "Balanço Crítico das Alternativas Penais no Brasil". Ministério Público do Estado do Paraná, Curitiba, PR – 31.03.2005.
- XXXVII Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça do Brasil. Apresentou exposição sobre o projeto do Ministério da Justiça para incentivar a instalação de Conselhos da Comunidade em todo o Brasil. Recife, PE – 16.03.2005.
- Seminário sobre Orçamento e Financiamento da Segurança Pública no Brasil – Brasília – 2004.
- ONU – Fundação Internacional Penal e Penitenciária. Proferiu a palestra "Tráfico e Escravatura de Seres Humanos – Desempenho Brasil". Manaus, AM – 22.09.2004.
- II Congresso Internacional de Direito Internacional "Mutilateralismo e Direito Internacional". Proferiu a palestra "Ação brasileira no Combate ao Tráfico Internacional de Pessoas e Órgãos". UFMG. Belo Horizonte, MG – 25.05.2004.
- Universidade de Brasília - Projeto Reciclando Vidas e Papéis. Apresentação dos resultados da parceria com a UnB para a implementação do projeto de reciclagem de papéis, destinado aos internos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Brasília, DF - 27.11.2004.

- Seminário Internacional "A Lei de Execução Penal: o que mudou em 20 anos? Proferiu a palestra de encerramento do evento, com o mesmo título. Associação pela Reforma Prisional-ARP e CESUC/UCAM. Rio de Janeiro, RJ – 19.11.2004.
- VI Congresso Interno do MPDFT - "Ministério Público: Poder de Investigação e Defesa de Prerrogativas". Proferiu a palestra "A Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro". Costa do Sauípe,BA – 05.11.2004.
- XXIV Ciclo de Estudos de Políticas Estratégicas. Proferiu a palestra "Sistema Penitenciário Brasileiro". ADESG. Natal,RN – 04.11.2004.
- Encontro Nacional sobre o Combate e a Prevenção à Lavagem de Dinheiro. Presidiu o Painel "A Normatização da Cooperação Jurídica Internacional: Direito Interno, Direito Estrangeiro e Acordos Internacionais em vigor". Conselho da Justiça Federal. Brasília, DF - 25.10.2004.
- Seminário Criminal do Ministério Público do Estado da Bahia. Proferiu a palestra "Penas e Medidas Alternativas – A Realidade no Brasil". Salvador, BA – 12.08.2004.
- 4ª Cúpula Mundial de Mídia para Criança e Adolescente. Midiativa/TVE/Rede Brasil. Proferiu a palestra "Mídia: Mercado, Audiência e Valores". Rio de Janeiro, RJ – 21.04.2004.
- Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus . Curso "Legislação e Investigação de Crimes sobre o Tráfico de Seres Humanos". Proferiu a palestra de abertura. São Paulo, SP – 01.12.2003.
- Seminário Internacional sobre o Tráfico de Mulheres. Proferiu exposição sobre o projeto desenvolvido entre o Ministério da Justiça e o UNODC e assinatura de convênio entre a Secretaria Nacional de Justiça e a Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo. São Paulo, SP – 06.10.2003.
- I Congresso Brasileiro de Ciências Penais. Proferiu a palestra "Uma política Penitenciária para o Brasil". Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Direito. Goiânia – 24.09.2003.
- I Seminário Nacional sobre Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Coordenou a organização do evento e presidiu a mesa "Contextualização da Exploração Sexual no Âmbito Internacional" e participou dos debates. Brasília, DF – 17.09.2003.
- V Encontro Nacional de Execução Penal. Proferiu a conferência de abertura e integrou as discussões sobre os "Desafios da Execução Penal, Privatização de Presídios, Saúde no Sistema Penitenciário e Crimes de Colarinho Branco". Ministério Público do Maranhão. São Luís, MA – 02 a 06.07.2003.
- I Forum de Combate ao Crime Organizado. Proferiu a palestra "A Ressocialização do Preso no Sistema Penitenciário Nacional". Campo Grande, MS - 22 a 24.06.2003.
- Penas Alternativas – Seminário Internacional Brasil x Reino Unido. Coordenadora do Painel "Penas Alternativas e as Relações Institucionais – os papéis do Judiciário, do Executivo e do Ministério Público". Rio de Janeiro – 17 e 18.03.2003.

- I Congresso Internacional de Prevenção Criminal, Segurança Pública e Administração da Justiça: uma Visão do Presente e do Futuro à Luz dos Direitos Humanos. Proferiu a conferência de abertura "Importância da Prevenção Criminal no Contexto da Segurança Pública". Presidiu, ainda, os trabalhos relativos ao tema "Problemas Contemporâneos da Segurança Pública, Crescimento da Insegurança e Programa de Prevenção". – Fortaleza – 23 a 26.03.2003.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NO CONGRESSO NACIONAL (2003-2006)

- Subcomissão da Mulher, da Criança e do Adolescente.Participação: Instalação da Subcomissão e Debate sobre "o Papel do Parlamento Brasileiro no Enfrentamento da Exploração Sexual e Tráfico de Crianças, Adolescentes e Mulheres no Brasil". Câmara dos Deputados/ Subcomissão de Direitos Humanos/ Minorias – 20.05.2003.
- Audiência Pública sobre o Sistema Penitenciário Brasileiro - Câmara dos Deputados – 29.10.2003.
- Audiência Pública na Subcomissão de Segurança do Senado Federal – 2003.
- CPMI do Banestado. Prestou esclarecimentos sobre o Acordo de Assistência Mútua em Assuntos Penais – MLAT, com os EUA, bem como sobre os procedimentos do Ministério da Justiça para a localização de provas e o seu encaminhamento ao Brasil. Senado Federal – 08.07.2003.
- CPMI criada para investigar "as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes do Brasil". Prestou esclarecimentos sobre o trabalho do Ministério da Justiça no tema - 2003.
- Audiência Pública para analisar e discutir a "Diáspora Brasileira" - Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado Federal. Prestou esclarecimentos sobre o trabalho do Ministério da Justiça relativo ao tema – 12.05.2005.
- Audiência Pública sobre o Combate ao Crime Organizado – Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados – 07.06.2005.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS INTERNACIONAIS

- Seminário Interamericano Justiça e Governabilidade Democrática. Representou o Ministro da Justiça do Brasil, participando dos debates. Santiago, Chile - 04 a 07.06.2003.
- Chefe das delegações brasileiras que negociaram os acordos bilaterais de cooperação jurídica e assistência mútua em matéria penal entre o Brasil e a Suíça, (09 a 16/08.2003, Berna), o Reino Unido (18 a 25/10/2003, Londres) e a China (08.03.2004, Brasília).
- Integrou as delegações brasileiras que apresentaram ao GAFI (FATF) as medidas de combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo adotadas pelo Brasil. Paris, França – 03.11.2003 e 21 a 29.02.2004.
- XX Reunião dos Ministros da Justiça e Interior do Mercosul, Bolívia e Chile. Representou o Ministro da Justiça e apresentou a manifestação brasileira sobre os temas da pauta. Montevidéu, Uruguai – 20 a 23/11/2003.

- Organização dos Estados Americanos - OEA – V Reunião de Ministros da Justiça das Américas. Chefiou a delegação brasileira e representou o Ministro da Justiça, apresentando a manifestação brasileira sobre os temas da pauta, dentre os quais a Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, Extradição, Harmonização de Normas Penais e de Procedimentos de Cooperação Internacional. Washington/D.C, EUA - 26.04 a 02.05.2004.
- Assinatura do Tratado Bilateral Brasil-Suíça sobre Cooperação Jurídica e Repatriação de Recursos. Integrou a delegação brasileira, chefiada pelo Ministro da Justiça. Berna, Suíça – 11.05.2004.
- ONU – Turismo - Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Integrou a Mesa de Abertura e apresentou o projeto brasileiro para o enfrentamento do problema, desenvolvido em parceria com o UNODC. Nova Iorque, EUA – 18 a 23.10.2004.
- Integrou a delegação brasileira que apresentou proposta de implementação de acordo bilateral para a cooperação jurídica e a repatriação de recursos, bem como que negociou a remessa de provas relativas a crimes praticados no Brasil. Ilha de Jersey – 23.02.2005.
- ONU - XI Congresso da Nações Unidas de Prevenção ao Crime e Justiça Penal. Membro da delegação brasileira. Proferiu manifestação sobre o Enfrentamento do Tráfico de Seres Humanos no Brasil. Bangkok, Tailândia - 15.04.2005.
- Chefe da delegação brasileira que propôs ao Procurado-geral de Justiça de Cayman a abertura de negociações para acordo bilateral de cooperação jurídica internacional. Ilhas Cayman – 10 a 15.06.2005.
- Visita ao Reino Unido, a convite do Conselho Britânico, com o objetivo de conhecer e manter contato com diversas autoridades do sistema de justiça britânico, dentre os quais magistrados, policiais, professores universitários, autoridades responsáveis pelo sistema penitenciário e aplicação de penas alternativas, agentes públicos e membros de organizações não-governamentais envolvidos em projetos de proteção às vítimas e direitos da criança, além de outros temas de política criminal. Londres e Belfast – 03 a 16.07.2005.
- Seminário Internacional sobre Ilícitos Financeiros e Recuperação de Recursos Públicos. Proferiu palestra o tema. Ministério Público de São Paulo. São Paulo, SP – 04.08.2005.
- ONU - II Sessão da Conferência dos Estados Parte das Nações Unidas sobre a Convenção de Palermo. Chefiou a delegação brasileira, participando de discussões sobre o crime organizado transnacional, em especial a cooperação técnica internacional, a revisão e implementação da Convenção, a revisão e implementação de acordo sobre Migração Ilegal e a revisão e implementação de Protocolo Preventivo sobre o Tráfico de Seres Humanos. Viena, Áustria - 06 a 16.10.2005.
- II Reunión de Puntos de Contacto de La Red Iberoamericana de Cooperación Judicial – IberRED,. Chefe da delegação. Valência, Espanha – 2006.

Participação em Comissões e Conselhos

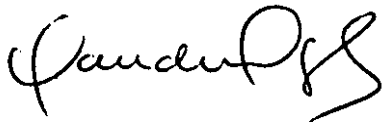
- Comissão instituída para a análise da classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas, de acordo com os arts. 21, XVI e 220, § 3º, I, da Constituição Federal. Portaria da SNJ nº 40, de 06.09.2003 (DOU de 08.10.2003). Presidente dos trabalhos.
- Comissão instituída para a elaboração de anteprojeto de lei de cooperação jurídica internacional. Portaria nº 2.199, de 10.08.2004 (DOU de 11.08.2004), do Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos. Presidente dos trabalhos.
- Comissão para a elaboração de projeto com o objetivo de fomentar a criação dos Conselhos da Comunidade. Portaria nº 2.710, de 23.09.2004 (DOU de 24.09.2004), do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Presidente dos trabalhos.
- Comissão para combater a exploração do trabalho forçado e escravo, exploração do trabalho infantil e vilência no campo. Resolução nº 5, de 29.01.2003, do Secretário de Direitos Humanos, Ministro Nilmário Miranda. Integrante da Comissão.
- Comissão Especial para proceder o levantamento da situação carcerária na Casa de Detenção José Alves da Silva (URSO BRANCO)-RO. Resolução: Nº 02, de 28.01.2003, do Secretário de Direitos Humanos, Ministro Nilmário Miranda. Integrante da Comissão.
- Comissão Especial para acompanhar denúncias de crimes de Tortura no país. Resolução: Nº 10, de 17.02.2003, do Secretário de Direitos Humanos, Ministro Nilmário Miranda. Integrante da Comissão.
- Conselho Deliberativo do Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. Portaria: Nº 20, de 25.04.2003, do Secretário de Direitos Humanos, Ministro Nilmário Miranda. Integrante da Comissão.
- Membro do ILANUD – Instituto Latinoamericano das Nações Unidas, no período de 2005-2007.

Idiomas

- Inglês (fluente).

Condecorações

- Grande Medalha da Inconfidência. Governo do Estado de Minas Gerais (21.04.2005).
- Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho no Grau de Comendador. Tribunal Superior do Trabalho (11.08.2004).
- Ordem do Mérito Segurança Pública e Defesa Social. Governo do Distrito Federal (11.03.2004).
- Ordem do Mérito do Rio Branco. Ministério das Relações Exteriores (22.06.2003).
- Ordem do Mérito Grão Cruz do Quadro Ordinário do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (20.05.2003).
- Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal. Tribunal de Justiça do Distrito Federal (29.04.2003).



DECLARAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no **art. 5º, II, da Resolução nº 7/2005**, alterada pela Resolução 22/2009, do Senado Federal e no **art. 1º, inciso II, alínea "a", do Ato nº 1/2007** da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, declaro que vivo em união estável com o Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal Roberto Carlos Silva. Ingressamos ambos na referida instituição em 9 de agosto de 1993, por meio de concurso público de provas e títulos. Não exercemos nossas atribuições na mesma área e não há, nem nunca houve, relação de subordinação entre nós.

Desde dezembro de 2009 exerço o cargo de Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público.

Após eleição realizada no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em 27 de setembro de 2011, fui indicada pela Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios para representar aquela instituição no Conselho Nacional do Ministério Público em mais um mandato (dez 2011/dez 2013).

Não há, portanto, o impedimento previsto nos dispositivos citados, relacionado à existência de cônjuge, companheiro ou parente de membro ou servidor da instituição responsável por minha indicação, conforme previsto nas normas acima citadas. Aplica-se, no caso, a exceção prevista na parte final do inciso II do art. 5º da já referida Resolução nº 7/2005-SF.

CLÁUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS
Promotora de Justiça
Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público

DECLARAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no **art. 5º, IV, da Resolução nº 7/2005**, alterada pela Resolução 22/2009, do Senado Federal, declaro que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nem cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

CLAUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS
Promotora de Justiça
Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público

DECLARAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no **art. 1º, inciso II, alínea "b", do Ato nº 1/2007 da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal**, declaro que não participo nem participei, como sócia, proprietária ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais.

CLAUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS
Promotora de Justiça
Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público

DECLARAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no **art. 5º, III, da Resolução nº 7/2005**, alterada pela Resolução 22/2009, do Senado Federal, declaro que não cumpro nem nunca cumpri sanção criminal ou administrativo-disciplinar, nem existe qualquer procedimento dessa natureza contra mim instaurado.

CLAUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS
Promotora de Justiça
Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público

DECLARAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no **art. 1º, inciso II, alínea "d", do Ato nº 1/2007 da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal**, que não sou autora nem ré em ação judicial.

CLAUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS
Promotora de Justiça
Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público

DECLARAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no **art. 1º, inciso II, alínea "e", do Ato nº 1/2007 da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal**, que, como Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no período de agosto de 1993 a novembro de 2009, atuei perante as Varas de Fazenda Pública, Varas Criminais e Varas de Família na Circunscrição Judiciária de Brasília e perante as Varas Criminais na Circunscrição Judiciária de Taguatinga.

CLAUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS
Promotora de Justiça
Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público

DECLARAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no **art. 1º, inciso II, alínea "c", do Ato nº 1/2007 da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal**, declaro minha regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal.

CLAUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS
Promotora de Justiça
Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público

ARGUMENTAÇÃO PREVISTA NO ART. 1°, INCISO II, ALÍNEA "C", DO ATO N° 1/2007 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Nasci no Estado do Rio de Janeiro no ano de 1963 e passei a viver em Brasília em 1972. Sou bacharel em Direito pela Universidade de Brasília – UnB (1985) e pós-graduada em Sistemas de Justiça Criminal pela Universidade de Santa Catarina em convênio com a Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Atuei como Advogada (1985 – 1986), Assessora Jurídica e Secretária Executiva do CDDPH do Ministério da Justiça (1986 – 1988), Assessora de Ministro no Tribunal Federal de Recursos, no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal (1988 – 1993).

Fui Secretária Nacional de Justiça do Ministério da Justiça por quatro anos (2003 – 2006), tendo sob minha responsabilidade áreas diversas, como o enfrentamento da lavagem de dinheiro, a cooperação jurídica internacional, a situação dos estrangeiros no Brasil, o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, o tráfico de seres humanos e a classificação indicativa.

Sou Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios há dezoito anos, tendo atuado em Promotorias Criminais, de Família, de Fazenda Pública e, ainda, na Assessoria de Recursos Constitucionais do Procurador-Geral de Justiça. Exerci a Direção-Geral da Fundação Escola Superior do MPDFT no período de 2008 a 2010.

Assumi o cargo de Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público em dezembro de 2009. Sou Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP desde fevereiro de 2010. No exercício do mandato, além de

relatar e julgar processos de controle da atividade administrativa e financeira do Ministério Público e da conduta de seus membros, venho atuando em diversos projetos que visam ao aperfeiçoamento do Ministério Público brasileiro. Dentre eles destaco a coordenação do Planejamento Estratégico do CNMP, a implementação da unificação das tabelas em todas as unidades do Ministério Público e, em especial, o Planejamento Estratégico Nacional. Este tem o objetivo de contribuir para a integração e unidade do Ministério Público no Brasil, estabelecendo temas prioritários, desenvolvendo projetos de âmbito nacional e compartilhando experiências bem sucedidas. Trata-se de trabalho inédito, que conta com a ampla participação de membros de todos os ramos do Ministério Público em todo o país.

Assim sendo, devido à minha experiência profissional, afinidade intelectual e conduta na vida pessoal, considero-me apta a exercer o segundo mandato como Conselheira do CNMP, cargo para o qual fui indicada pela Procuradora-Geral do Distrito Federal e Territórios, após eleita pelos membros da instituição.

CLAUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS
Promotora de Justiça
Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no DSF, em 06/10/2011.